

CAPÍTULO VIII

AS PRERROGATIVAS DO INKOSI

Das informações que nos presta Erskine⁽⁴⁹⁾, infere-se que entre os vangunes de Gaza sobrevivia a crença, tão arraigada entre os Zulus, dos temíveis e extraordinários poderes de feitiçaria de que dispunha o *inkosi*, poderes que lhe permitiam atacar por meio de doenças, feras e elementos, todos aqueles que incorressem no seu desagrado.

Por outro lado, não encontramos qualquer indicação que nos leve a afirmar a existência desse poderosíssimo símbolo mágico nacional que era a *tônga* dos Angoñis Masekos.

O *inkosi* era o único que podia usar no cabelo a pena real designada por *nkulunkulo*. Ele, os príncipes e os membros da aristocracia vestiam correntemente o traje nacional: tronco nu, alguns ornamentos e o saiote de peles e caudas denominado *mandlovo*.

A exemplo dos restantes vangunes, os monarcas de Gaza também dispunham de um arauto que tinha por missão recitar os poemas laudatórios, *chitopo*. Junod⁽⁷⁶⁾ ainda conheceu um homem que fora arauto de Manucusse.

Não dispomos de elementos que nos permitam discorrer sobre a maneira como se processava a distribuição do gado capturado às populações autóctones. Decerto que as maiores e melhores manadas eram reservadas para o monarca, quanto mais não seja porque necessitava de abundante provisão de carne para acorrer à sustentação diária dos seus numerosíssimos cônjuges, dependentes e aderentes. Erskine⁽⁴⁹⁾ em 1873 calculou em mil o número de bovinos mantidos nos currais da capital de Muzila. A. Maria Cardoso também alude frequentemente às manadas reais do monarca com que deparou durante a sua jornada: «gado vacuum

em quantidade, todo pertencente a Muzila...» «Bom curral de gado vacum pertencente a Muzila, o melhor de todos os que tínhamos encontrado»⁽²⁵⁾.

É possível que, seguindo o exemplo dos restantes soberanos angunes o gado capturado pertencesse exclusivamente ao *inkosi*, o qual, a título de prémio, poderia distribuir parte ele pelos guerreiros mais valiosos e por outras personalidades importantes ou ainda incumbir da sua guarda indivíduos de confiança dispersos por todo o reino, como meio de combater as epizotias. Há notícia certa de que Muzila tinha o seu gado distribuído por vários currais sitos nas terras altas para evitar as devastações da mosca tse-tse⁽³⁹⁾.

Já aludimos ao facto deste monopólio nominal da maioria do gado apreendido e da sua distribuição efectiva por numerosos fiéis-depositários, poder estar na base do descontentamento que se gerou em 1897 devido à má execução de uma ordem de confiscação, dada pelo governador português.

Os membros da aristocracia de origem angune não considerava desprestigiante tratarem eles próprios do gado. Parece que Gungunhane passava as manhãs nos seus currais de gado e capava ele mesmo os toiros para demonstrar publicamente os seus conhecimentos⁽¹²⁷⁾.

*

Do mesmo modo que entre os restantes grupos vangunês, também no Império de Gaza, as mulheres ligadas à família real desempenhavam papel relevante. Essa importância das mulheres nos negócios políticos do Império de Gaza ressaltou, pela derradeira vez, da decisão fatal que levou o último monarca angune ao cativeiro. Contra a opinião de toda a corte que o instigava a prosseguir viagem e procurar refúgio no Transvaal, Gungunhane cedeu às súplicas da *inkosikazi* Sonie quando Mouzinho de Albuquerque deteve como refém Godide — filho adoptivo desta, enviado com presentes pedir a paz — e mandou prevenir o pai de que o fuzilaria caso não retrocedesse caminho e se lhe rendesse⁽¹³⁷⁾.

As mulheres da família real podiam dividir-se em diversas categorias :

a) As rainhas-viúvas que derivavam a sua autoridade das funções rituais ligadas ao culto nacional dos falecidos monarcas e que habitavam as povoações sagradas deixadas por cada *inkosi* : Chiduachine, Chaimite e Udwengo. Sabemos por M. de Albuquerque^(2A) que a razão alegada por Maguiguana para mandar matar a mãe-substituta de Gungunhane,

fora a sua recusa em fazer preces pela chuva. O mesmo autor revela que, por ocasião do combate de Macontene, uma das rainhas-viúvas denominada Taneia invocava a protecção sobrenatural do espírito de Manucusse, junto do seu túmulo, em Chaimite.

b) A rainha-mãe, de acentuada importância política e religiosa, embora em menor grau do que entre os Swazis. Apenas ela e o *inkosi* podiam receber a saudação *bayete*. Há uma curiosa referência do missionário Depelchin⁽³⁹⁾, que percorreu o Império de Gaza em 1880, à insistência da rainha-mãe em ver o estranho visitante. No caso do Gungunhane, Iozio, sua verdadeira mãe, fora substituída, após o falecimento, pela respectiva co-esposa Umpibekezane, que desempenhou papel relevante nos acontecimentos que precederam a derrota e captura daquele monarca.

c) A *inkosikazi*, cujo lobolo o povo pagava e cujo primogénito deveria ser considerado o legítimo sucessor do monarca.

Esta regra parece não ter sido rigorosamente respeitada pelos monarcas ou, pelo menos, parece que podia comportar excepções ou desvios, graças à instituição, tipicamente angune, da adopção de herdeiros por cada «casa». É possível que tais desvios tenham sido responsáveis pela sangrenta guerra civil em que se envolveram Mawewe e Muzila.

Muzila parece também haver contornado o direito de sucessão. Sabemos por St. Vincent Erskine⁽²⁰⁾ que em 1872 ainda não tinha *inkosikazi*, pois lhe declarou peremptoriamente:

«Quero que anuncie que ainda não escolhi qualquer mulher para ser Rainha do País e que, apesar de já ter seis filhos, ainda não indigitei o herdeiro do trono.»

Aliás, das afirmações que nos presta Gomes da Costa⁽³⁶⁾ e do que sabemos dos restantes grupos vangunes, o *inkosi*, em princípio, não tinha inteira liberdade de escolha: a *inkosikazi* era seleccionada pelos altos dignitários entre as famílias da aristocracia. Só no caso de não possuir descendência, seria complementada por uma co-esposa, ou adoptava na sua «casa», como herdeiro, o filho de qualquer das restantes mulheres que fosse indigitado pelo monarca.

Por exemplo, o caso de Godide, sucessor de Gungunhane, é bem esclarecedor⁽¹³⁷⁾. A primeira *inkosikazi* deste monarca faleceu ao dar à luz Buinsanto, tendo sido legalmente substituída por uma sua irmã, Sibaieca, que criou o príncipe. Mas Gungunhane tivera na sua juventude uma paixão avassaladora por Vuiazi, mulher belíssima mas promíscua

que não conseguira fazer sua esposa, devido à intransigente oposição do velho Muzila. Desses amores é que nasceu Godide. Como Vuiazi veio a desaparecer em circunstâncias misteriosas, Gungunhane fez adoptar este príncipe dilecto pela sua terceira *inkosikazi*, denominada Sonie, e escolheu-o como sucessor, preterindo assim Buinsanto. Compare-se este procedimento com o de Meputa, que fez adoptar pela *inkosikazi* o sucessor que indigitou, Chikussi, filho duma esposa subalterna. Interessante é também a informação de que, com excepção de Godide, os restantes filhos do monarca não residiam em Mandlakazi ⁽⁹⁰⁾.

Mais adiante, quando tratarmos da sucessão real, aludiremos a outros pormenores deste complexo assunto.

d) As restantes rainhas-esposas que, a exemplo do verificado entre os angonis de Zwanguendaba, também se agrupavam em células. O Dr. Liengme distinguiu as principais (únicas que usavam o penteado cilíndrico e regular, *chifoko*, e os numerosos braceletes de cobre em ambos os braços) das complementares, *makonyiua*, que eram encarregadas das diversas tarefas e da direcção dos escravos seus dependentes. Estas co-esposas podiam assumir extraordinária importância. Além do caso de Umpi-bekezane, mãe-substituta de Gungunhane, podemos apontar o da mãe de Buinsanto, que já referimos.

Segundo o Dr. Liengme ⁽⁹⁰⁾ Gungunhane possuía de 200 a 300 mulheres. Cerca de trinta habitavam a capital real; as restantes tinham as suas povoações nas cercanias e encontravam-se sob a vigilância de *tindunas*.

Parte desses casamentos tinham carácter político. Gungunhane encontrava-se, por esse meio, unido aos principais monarcas dos reinos vizinhos, aos quais, por seu lado, enviava como esposas suas filhas e parentas.

O adultério cometido com ou pelas rainhas parece que era punido com a morte. Em Agosto de 1870 o Cap. F. Eton ⁽⁴⁵⁾ encontrou um pelotão de dez guerreiros, que haviam sido enviados por Muzila em perseguição de uma das suas rainhas que fugira com um pequeno chefe do Búzi. Haviam já descoberto e abatido o sedutor no Zoutpansberg e levavam de regresso a infiel. O Padre D. da Cruz ⁽³⁸⁾ também se refere à execução de rainhas adúlteras e dos respectivos sedutores. O Dr. Liengme narra o caso de execução imediata de uma rainha pelo próprio Gungunhane, mas não especifica se se tratava de um caso de adultério.

e) A irmã sénior do monarca podia desempenhar igualmente papel importante devido a ascendência que sobre ele exercia. Há uma referên-

cia de Diocleciano das Neves ao profundo afecto que Muzila nutria pela irmã mais velha.

*

Já aludimos à assembleia dos varões que se realizava alguns dias após a cerimónia anual de *nkuaya*.

Todavia, os assuntos de maior gravidade, que envolviam o interesse nacional, apenas se discutiam no conselho privado do monarca, formado pelos chefes das grandes famílias vangunes.

Quanto aos litígios que subiam em recurso ao tribunal real, era, na sua audição, obrigatoriamente usada a língua angune.

Gungunhane recorria frequentemente ao ordálio venenoso, *mondjo*, o qual chegava a ser solicitado pelos arguidos que para tal ofereciam previamente uma libra ou uma cabeça de gado miúdo.

*

H. A. Junod e o Dr. Liengme aludem a duas práticas que, a serem verdadeiras, demonstram que, durante a sua permanência ao Norte do Save, os soberanos vangunes assimilaram importantes elementos da cultura xona-karanga.

O primeiro daqueles autores ⁽⁷⁶⁾ afirma que «Gungunhane, em determinadas épocas, ordenava a extinção de todos os fogos. Estes depois do pagamento dos tributos devidos, eram reacesos por mensageiros portadores de brasas colhidas na capital real.»

O segundo missionário ⁽⁹⁰⁾ esclareceu que a morte do *inkosi* se conservava em segredo durante alguns dias. Apenas o sucessor era convocado para contemplar o defunto, após o que devia retirar-se para outra povoação. O cadáver colocava-se, finalmente, dentro dum invólucro confeccionado com a pele dum bovino negro sacrificado aos espíritos dos antepassados, invólucro que se suspendia em forquilhas dentro da residência real. A serosidade produzida pela decomposição do cadáver era cuidadosamente recolhida para entrar na confecção do *umthomtinso*, medicamento-mágico que iria transmitir ao novo *inkosi* o poder de reinar. Chegado enfim o momento de proceder à inumação, era o sucessor convocado. Uma mulher idosa e um cão negro imolavam-se para serem inumados juntamente com o corpo do real defunto. Era o sucessor que iniciava a abertura da sepultura no *hlambelo*, o recinto sagrado. Segundo

uma tradição oral coligida por A. Cancelas (^{27A}) no Bilene, o cadáver de Manucusse teria sido deixado em decomposição durante seis meses, deferindo-se em Muzila, escolhido como sucessor, a abertura da sepultura.

Sobre o túmulo plantava-se um arbusto especial denominado *modlebe*. Então todas as manadas do extinto desfilavam diante do *hlambelo* juntamente com o herdeiro e os regimentos. No dia seguinte, a aristocracia e o exército consagravam, na sua povoação, o novo *inkosi*. Um dos indunas dirigia-lhe uma saudação laudatória que era encerrada com um uníssono «bayete». Os irmãos do monarca deviam estar presentes à cerimónia. A sua ausência era tomada como indício de despeito e descontentamento e, como tal, equivalia a uma condenação à morte.

No ano em que falecia o *inkosi* não se realizava a grande cerimónia nacional da *nkuaya*. Mas o novo monarca ordenava uma campanha especial contra os inimigos do reino para que os guerreiros pudessem «purificar as azagaias» e apoderar-se do gado que iria fornecer os tendões necessários à confecção da sua coroa de cera. Uma vez ornado com o *chidlodlo*, todos os homens da sua incorporação no regimento tinham o direito de o imitar, depois de lhe apresentarem condignas oferendas.

Quanto às exéquias dos membros subalternos da família real também deviam rodear-se de cerimónias distintas. O Dr. Liengme (⁹⁰) foi testemunha ocular da apresentação de condolências ao monarca após o falecimento, por colapso alcoólico, do seu filho Mango ou Mangua. Deputações chegavam quotidianamente, de todos os pontos do país, para «chorar com o seu *inkosi*». Gungunhane recebia-as sentado sobre uma esteira, envolvido num pano branco, em sinal de luto. Os chefes, avançando um passo, posternavam-se com a cabeça sobre o peito e o corpo meio dobrado.

É de estranhar que dos escritos do Dr. Liengme nada conste quanto à «sombra» real, o *nsilá* dos Swazis ou o *mtunzi* dos Angonis dominados pelo clã Maseko. Apenas Gomes da Costa (³⁶) faz uma ligeira alusão à sua possível existência. Diz este autor que quando o *inkosi* falecia era costume executar-se, para o servir no Além, um homem da mesma idade, escolhido quando o primeiro era investido no poder. Tinha o nome de Intonga o indivíduo que desempenhava tais funções em relação a Gungunhane, indivíduo que foi deportado para a Ilha de Moçambique.

*

Do mesmo modo que os Angonis Masekos — e possivelmente dos restantes grupos de origem angune — o *inkosi* dispunha de um bobo que,

nas ocasiões solenes, desempenhava a interessante função de aliviar a tensão geral por meio de chalaças, cabriolas e imitações. Graças ao Dr. Liengme existe documento fotográfico do último bobo real. Ayres d'Ornellas também o viu na corte de Mandlakazi em Agosto de 1895 ⁽¹²⁸⁾:

«... toda essa massa imensa (de 6 000 guerreiros) avançava... manobrando com precisão e regularidade... A cerca de 500 metros destaca-se para a frente o bobo ou jogral do exército, literalmente coberto de peles de tigre (isto é, de leopardo), com um imenso capacete de penas negras na cabeça, dando cabriolas, ladrando como um cão, cantando como um galo!»

*

Além dos pormenores que expusemos quando aludimos à *inkosikazi* afigura-se-nos que tem interesse referir — ainda que com reservas — ao que escreveu Junod ⁽⁷⁶⁾ sobre o intrincado assunto da sucessão do *inkosi*. Diz este autor que os Vangunes de Gaza parece haverem, em parte, adoptado o direito sucessório dos Tsongas conquistados. Entre estes era interdito ao sucessor contrair o seu matrimónio oficial enquanto o pai fosse vivo. Podia, é certo, lobolar outras mulheres mas estas não eram qualificadas para dar à luz o futuro sucessor. Segundo um adágio frequentemente citado «o chefe nunca deve ver o seu neto». Assim, entre os vangunes aqui referidos o filho primogénito da mulher principal, se porventura contraísse matrimónio, perderia o direito à sucessão; seria o filho segundo, ainda jovem quando da morte do pai, que herdava o trono porque ainda não tivera descendência.

O caso do Mawewe permite inferir que mesmo após a investidura do *inkosi* podia a sua legitimidade vir a ser contestada ou, pelo menos, parte da aristocracia vir a reconhecer a conveniência em proceder à sua substituição.

Não encontrámos qualquer informação que nos levasse a supor que entre os vangunes de Gaza existisse a instituição, tão importante entre os Angonis Masekos, da nomeação de um regente que substituísse o *inkosi* durante a sua menoridade ou durante o interregno que mediava entre o falecimento do antecessor e a sua investidura.